

PORTARIA Nº 237 DE 28 DE ABRIL DE 2020.

**Altera a Outorga de ÁGUAS DE  
MARCELÂNDIA S.A. para o direito de uso dos  
Recursos Hídricos para captação Rio Manito.**

A Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos, LILIAN FERREIRA DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria no 34 de 23 de janeiro de 2018, e

Considerando os Termos da Lei Estadual nº 11.088 de 09 de março de 2020, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução Nº 119 de 07 novembro de 2019, que estabelece critérios para emissão de outorga superficial de rios de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa nº 05, de 22 de agosto de 2017, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de água de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando o Parecer Técnico Nº 3661/GOUT/CCRH/SURH/2020, de 20 de abril de 2020, acostado às fls. 453/454, f/v do processo SAD Nº 626771/2010.

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Alterar a Portaria de Outorga SEMA nº 186 de 28/10/2010, publicada no Diário Oficial de Mato Grosso em 28/10/2010, qual outorgou a Águas de Marcelândia S.A., inscrito no CNPJ nº: 05.849.891/0001-79, doravante denominada Outorgada, o direito de uso dos recursos hídricos para captação de água no Rio Manito, com a finalidade de abastecimento público de água da cidade de Marcelândia, com uma população de projeto de 10.400 habitantes, na Unidade de Planejamento e Gerenciamento A-6 – Manissauá-Miçú, Estado de Mato Grosso, com as seguintes características:

I – Captação no Rio Manito nas coordenadas geográficas: 11º07'37,8" de Latitude Sul e 54º28'35,9" de Longitude Oeste; e vazão máxima de captação de 90,0 m³/h (0,025 m³/s ou 25,0 L/s), variando as horas e os dias, mensalmente, conforme consta na tabela 01 do anexo;

II – A outorgada deverá manter em funcionamento o equipamento de medição para monitoramento contínuo das vazões captadas.

III – A outorgada deverá encaminhar anualmente à Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos da SEMA/MT o relatório das medições captadas mensalmente;



**Art. 2º** A outorga objeto desta Portaria, vigorará até 20 de abril de 2025, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I - descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º desta Portaria;
- II - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;
- III - incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 06/06/2007;
- IV - indeferimento ou cassação de licença ambiental.

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

**Art. 3º** Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

- I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas;
- II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

**Art. 4º** A outorgada responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.

**Art. 5º** Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pela outorgada, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

**Art. 6º** Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA/MT, dentro do prazo de validade da outorga vigente.

**Art. 7º** O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos dos art. 13 e 14 da Lei Estadual nº 6.945, de 05 de novembro de 1997.

**Art. 8º** A outorgada se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

**Art. 9º** Esta outorga não autoriza a instalação do empreendimento ou mesmo as obras necessárias para realizar as captações, sendo estes passíveis de licenciamento ambiental.

**Art. 10º** Fica revogada a Portaria SEMA nº 186 de 28/10/2010, publicada no Diário Oficial de Mato Grosso em 28/10/2010.

**Art. 11º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Cuiabá/MT, 28 de abril de 2020.

REGISTRADA,  
PUBLICADA,  
CUMPRA-SE...

LILIAN FERREIRA DOS SANTOS  
Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos  
GSALARH/SEMA-MT

## ANEXO

Tabela 01 - Captação 1 - população atendida de 10400 habitantes - Rio Manito  
Coordenadas Geográficas - Lat. 11°07'37,8"S e Long. 54°28'35,9" W DATUM: SIRGAS2000

MÊS	Vazão (m³/s)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Janeiro	0,025	21	31
Fevereiro	0,025	21	28
Março	0,025	21	31
Abril	0,025	21	30
Maio	0,025	21	31
Junho	0,025	21	30

Volume total Anual (m³): 689.850,00

MÊS	Vazão (m³/s)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Julho	0,025	21	31
Agosto	0,025	21	31
Setembro	0,025	21	30
Outubro	0,025	21	31
Novembro	0,025	21	30
Dezembro	0,025	21	31